

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. As provas serão compostas por questões objetivas sobre os conteúdos das disciplinas concluídas no Curso Conteúdos Jurídicos, quais sejam: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Empresarial.
2. As provas serão divididas por disciplina, sendo cada uma delas com 10 questões.
3. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
4. A data de realização da prova será 4 de julho de 2025 (das 19h às 23h).
5. O tempo de realização da prova será de 04 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 5 de julho de 2025, após as 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas consideradas corretas estará acessível neste ambiente virtual, após as 12h, do dia 5 de julho de 2025.
9. O dia 7 de julho de 2025, às 12h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados por meio do link disponível neste ambiente virtual.

Boa prova!

Equipe Esmesc

1. Do julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao STF, é cabível o seguinte recurso:

- a) Embargos de Divergência
- b) Apelação
- c) Agravo Interno
- d) Reclamação Constitucional
- e) Embargos de Declaração

QUESTÃO ANULADA

2. Em relação aos direitos fundamentais assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O exercício da liberdade religiosa é livre, não ficando condicionado a eventuais hipóteses legais que permitam ao Estado limitar seu exercício.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independentemente de censura ou licença.
- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- e) Estrangeiros não residentes podem ser considerados como titulares de direitos fundamentais no território brasileiro.

3. Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Prefeito municipal é legitimado para propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao STF.
- b) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, sendo ação de controle concentrado de constitucionalidade pode ser utilizada como sucedâneo das vias processuais ordinárias.
- c) Não cabe Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental quando se alega que está havendo uma omissão por parte do poder público.
- d) Não cabe Arguição de Descumprimento de preceito fundamental contra decisão judicial transitada em julgado.
- e) Não é possível celebrar acordo em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

4. Assinale a alternativa CORRETA sobre o processo legislativo:

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) São de iniciativa privativa do Procurador Geral da República as leis que fixem organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- c) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

d) O veto será apreciado em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dentro de sessenta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Deputados e Senadores.

e) Um projeto de lei delegada rejeitado pelo Congresso nacional poderá ser objeto de nova proposição na mesma sessão legislativa.

5. Dos seguintes legitimados a propositura da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, qual não está vinculado ao requisito da pertinência temática é:

a) Governador do Estado.

b) Partido político com representação no Congresso Nacional.

c) Mesa da Assembleia Legislativa.

d) Entidade de classe de âmbito nacional.

e) Confederação sindical de âmbito nacional.

6. Assinale a alternativa CORRETA em relação as comissões parlamentares de inquérito:

a) As CPIs não podem decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

b) As decisões do Presidente de uma CPI são sempre vinculadas, e não discricionárias, em função do princípio da legalidade.

c) CPIs podem decretar arresto ou busca e apreensão de bens, em razão do princípio da separação de poderes.

d) As CPIs possuem permissão para encaminhar relatório circunstanciado não só ao Ministério Público e à AGU, mas, também, a outros órgãos públicos, podendo veicular, inclusive, documentação que possibilite a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados.

e) Para criação de uma CPI é necessário 1/4 da assinatura dos membros da casa legislativa, com aprovação da maioria absoluta do plenário da casa legislativa.

7. O Congresso Nacional deseja atuar no sentido de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar. Para atuar corretamente sobre esta matéria deve o Congresso, dentre as espécies normativas previstas no processo legislativo, elaborar:

a) Um decreto legislativo, pois esta espécie normativa visa regular as matérias do Congresso Nacional que produzam efeitos para tratar dos atos de competência.

b) Uma resolução, pois este veículo normativo visa regular as matérias na qual a atuação do Congresso venha a produzir efeitos internos e que dispensam a manifestação do Presidente da República.

c) Uma lei ordinária, pois a matéria está inserida dentre as competências legislativas da união, devendo o congresso nacional atuar e submeter a matéria a sanção ou veto do Presidente da República.

d) Uma lei complementar, pois em razão da natureza da atuação deve ser editado um ato normativo especial, que tenha um quórum qualificado em seu procedimento de aprovação.

e) Uma medida provisória, pois o Presidente da República pode editar ato, com relevância e urgência, para tratar de matérias de competência do Congresso Nacional.

8. Assinale a alternativa CORRETA em relação ao poder executivo e a eleição/posse do Presidente da República:

a) Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

b) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga.

c) A eleição do Presidente da República não importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

d) A posse do Presidente da República, para cumprir mandato de 4 anos, será no 1º de janeiro do ano de início do mandato.

e) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

9. Sobre a liberdade de expressão e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre essa liberdade, assinale a alternativa CORRETA.

a) O Supremo Tribunal Federal entende que a liberdade de expressão é um direito fundamental absoluto.

b) O STF firmou entendimento que o discurso do ódio (Hate Speech) é vedado no direito brasileiro.

c) As biografias só poderão ser publicadas quando houver expressa autorização do biografado.

d) As manifestações anônimas nas redes sociais estão protegidas pela liberdade de expressão.

e) Pessoa jurídica não é titular do exercício da liberdade de expressão, pois não tem formas de manifestar seus pensamentos e opiniões.

10. É legitimado a apresentação de Proposta de Emenda Constitucional e revisão de Súmula vinculante:

a) Presidente da República.

b) Mesa da Câmara dos Deputados.

c) Mesa do Senado Federal.

d) Partido Político com representação no Congresso Nacional.

e) Mesa da Assembleia Legislativa.

DIREITO CIVIL

1. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

a) O direito à sucessão aberta.

b) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

c) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

d) As energias que tenham valor econômico.

e) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

2. Jonas, em viagem com os filhos e a esposa, acaba por se envolver em acidente de trânsito na BR 101 e, infelizmente, a família vem a falecer. Dado os acontecimentos, não há como saber quem pré-morreu a quem no ocorrido. É CORRETO afirmar:

a) A declaração de comoriência permite a transmissão de qualquer direito entre as pessoas assim declaradas.

b) A indenização decorrente de apólice de seguro de vida em grupo, na qual os consortes constavam reciprocamente como beneficiários, é de ser paga de forma a contemplar os herdeiros daquele que pré-morreu ao outro cônjuge.

c) O juiz deverá declarar a presunção de comoriência.

d) Há direitos sucessórios entre os comorientes e o recebimento das indenizações a título de seguro de vida.

e) Jonas, por ser o mais velho, terá sua morte reconhecida primeiramente aos demais.

3. Consideram-se bens móveis para os efeitos legais, EXCETO.

- a) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- b) As energias que tenham valor econômico.
- c) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- d) As árvores destinadas ao corte.
- e) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

4. Sobre dano moral, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O atraso, por parte de instituição financeira, na baixa de gravame de alienação fiduciária no registro de veículo não caracteriza, por si só, dano moral *in re ipsa*.
- b) Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.
- c) O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.
- d) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do ato ilícito.
- e) O descumprimento contratual não configura dano moral indenizável, salvo se as circunstâncias ou as evidências do caso concreto demonstrarem a lesão extrapatrimonial.

5. Sobre a Lei nº 8.245/1991, que disciplina a locação de imóvel urbano, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Lei nº 8.245/1991 aplica-se à locação de imóvel urbano, entendido este como aquele situado na zona urbana.
- b) Na hipótese de locação residencial, celebrado um contrato por escrito, com prazo determinado de 1 (um) ano, havendo o vencimento do prazo pactuado, poderá o locador retomar o imóvel, sem a necessidade de denúncia cheia.
- c) Quanto à ação renovatória, cumpridos os requisitos legais para a renovação, previstos no artigo 51, caput, da Lei nº 8.245/1991, a renovação deverá ser necessariamente concedida pelo juiz, inexistindo fundamento legal para o locador se opor ao direito do locatário.
- d) A "accessio temporis" é aplicável à locação residencial.
- e) Quanto à locação não residencial, a Lei nº 8.245/91 acolheu expressamente a possibilidade de "accessio temporis", ou seja, a soma dos períodos ininterruptos dos contratos de locação para se alcançar o prazo mínimo de 5 (cinco) anos exigido para o pedido de renovação.

6. Airton recebeu o sítio de seu patrão Bernardes, a fim de trabalhar como caseiro. Neste caso:

- a) Airton é mero detentor do sítio.
- b) Airton, mesmo sem ter a vontade de ser dono do sítio, dispõe de posse sobre ele.
- c) Airton, caso tenha em seu íntimo a vontade de ser dono do sítio, dispõe de posse sobre ele.
- d) Airton passa ser neste caso possuidor direto, enquanto Bernardes conserva a posse indireta.
- e) Airton não é possuidor, exercendo apenas atos de mera permissão sobre o sítio.

7. Anderson comprou numa revenda de automóveis um veículo furtado, porém a coisa foi transferida em circunstâncias tais que, ao adquirente, como a qualquer pessoa, o alienante se afigurava como dono. Neste contexto, pode-se dizer que:

- a) Anderson não adquiriu a propriedade do bem comprado.
- b) Anderson adquiriu apenas a posse do bem comprado, de boa-fé, no caso.
- c) Anderson não adquiriu sequer a posse do bem comprado.
- d) Anderson adquiriu a propriedade do bem comprado, mesmo não sendo o alienante dono dele.
- e) Anderson terá que devolver o carro à vítima do furto, verdadeira proprietária do bem.

8. O art. 1.196 do Código Civil, ao tratar do instituto da "posse", conceitua o possuidor como todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à

propriedade. Diante da relevância da “posse”, mereceu tratamento específico no âmbito da codificação civilista. Sob este aspecto, podemos AFIRMAR:

- a) Savigny incorporou a teoria subjetiva da posse, exigindo a conjugação de dois elementos: corpus e o animus.
- b) Segundo as teorias contemporâneas, a “posse” possui autonomia em relação à “propriedade”, inclusive adotando meios próprios de proteção processual (ações possessórias) que não se confundem com as ações fundadas no domínio (ações petítórias).
- c) Pode haver o desdobramento da posse, traduzindo hipótese de posse direta e posse indireta, oportunidade em que há o exercício simultâneo de diferentes tipos de posse sobre o mesmo bem.
- d) A detenção também é conhecida como fâmulos da posse, de forma que um indivíduo conserva a posse em nome de outrem e em cumprimento às ordens deste.
- e) **Todas as alternativas estão corretas.**

9. Aurora se casou com Nestor em 2003, sob o regime da comunhão universal de bens e tiveram quatro filhos: Pedro, solteiro, sem filhos; José, solteiro, pai de Marcos; João, solteiro; e Nara, pré-morta, que deixou uma filha, Larissa. O patrimônio amealhado pelo casal na constância do casamento foi de R\$ 600.000,00. Aurora faleceu em 2024, deixando testamento e, dentre outras disposições, expressamente deserdou o filho José, sob a alegação de que este havia praticado injúria grave contra a sua pessoa. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Com base na deserção expressa no testamento, deve o juiz afastar imediatamente José da sucessão.
- b) Seus herdeiros devem ingressar com uma ação para comprovar a alegação de Aurora no prazo de quatro anos, a contar da abertura da sucessão.
- c) Sendo reconhecida como válida a disposição testamentária em que é deserdado José, a cota que a ele caberia será entregue a Marcos, que herdará por cabeça.
- d) **Larissa herdará por estirpe a cota parte devida à sua mãe, Nara.**
- e) Sendo reconhecida como válida a disposição testamentária em que é deserdado José, a cota que a ele caberia será entregue a Pedro, que herdará por estirpe.

10. Marcos é casado com Joana há dez anos. Desde 2020 o casal vem tentando engravidar naturalmente e não consegue. Agora, Joana resolve consultar com famoso especialista da área de reprodução assistida e decide submeter-se a uma das técnicas disponíveis para o seu caso. Marcos não está muito à vontade, pois foi descoberto que é estéril e necessitará autorizar a esposa a utilizar material genético de um doador anônimo, caso queiram engravidar. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Existirá presunção de paternidade independentemente da autorização de Marcos.
- b) **Existirá presunção de paternidade apenas se o marido autorizar a reprodução assistida heteróloga.**
- c) A clínica irá pautar-se pelas regras do Conselho Federal de Medicina e pelo Código de Ética, embora exista lei que regulamente, de forma específica, o assunto.
- d) Em caso de divórcio, Joana poderá realizar seu sonho de maternidade por meio da reprodução assistida, utilizando-se do material genético do ex-marido, independentemente da autorização de Marcos.
- e) Haverá a necessidade de Marcos reconhecer o filho após o nascimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. A parte opõe embargos de declaração alegando ausência de fundamentação à sentença. Em suas razões, invoca o disposto no art. 489, §1º, VI do CPC, que estabelece que não se considera fundamentada qualquer decisão que “deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em

julgamento ou a superação do entendimento". Isso porque o embargante invocou um julgado isolado do Superior Tribunal de Justiça que não foi considerado na sentença. Considerando o entendimento jurisprudencial dominante sobre a matéria, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Trata-se de omissão de ponto obrigatório, e o magistrado deverá, necessariamente, seguir o julgado invocado, sob pena de nulidade.
- b) Se o julgado isolado invocado pela parte foi proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, deverá ser enquadrado como jurisprudência, e aplicado o *distinguishing* ou o *overruling*, sob pena de nulidade.
- c) Aos embargos de declaração deverá ser dado provimento, pois a decisão é nula de pleno direito por ausência de fundamentação.
- d) A indicação de julgado simples e isolado não ostenta a natureza jurídica de "súmula, jurisprudência ou precedente" para fins de aplicação do art. 489, § 1º, VI, do CPC.
- e) Os embargos de declaração, por suas razões, é recurso manifestamente protelatório, já que não existe previsão legal que lhe dê suporte.

2. Sobre a conciliação e a mediação no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A conciliação e a mediação não serão aplicáveis às causas que versem sobre direitos indisponíveis, como os da personalidade e o direito público.
- b) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é lícito criar câmaras de conciliação e mediação que tratem de direito público, com a possibilidade de celebrar termo de ajustamento de conduta.
- c) Somente em relação aos direitos patrimoniais de caráter privado se admitem a mediação e a conciliação.
- d) O magistrado não precisa fazer uso dos conciliadores e mediadores judiciais na condução da audiência de conciliação ou mediação do procedimento comum.
- e) O conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

3. Sobre o processo eletrônico, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes, não sendo lícito às partes a prática de atos por meio não eletrônicos no processo que adotar sistema eletrônico de processamento.
- b) Os tribunais divulgarão as informações constantes de seu sistema de automação em página própria na rede mundial de computadores, as quais não goza de presunção de veracidade e confiabilidade por serem meramente informativas.
- c) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 23 horas e 59 minutos do seu último dia.
- d) As fotografias digitais e as extraídas da rede mundial de computadores fazem prova das imagens que reproduzem, devendo, se impugnadas, ser apresentada a respectiva autenticação eletrônica, sem a possibilidade de realização de perícia.
- e) Ao certificado digital que adota a infraestrutura de chaves públicas brasileiras são aplicados os princípios da autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e, nos casos que tramitem em segredo de justiça, confidencialidade.

4. Sobre as astreintes nas execuções, assinale a alternativa CORRETA segundo a lei e o atual entendimento jurisprudencial dominante.

- a) Caso o juízo, após a tentativa de obter a tutela específica, converter a obrigação em perdas e danos, a indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação.
- b) Caso o valor da multa vencida se mostre excessivo, o juízo não poderá reduzir o seu valor, pois a lei veda expressamente.
- c) Se o juízo fixar a multa periódica ao despachar uma inicial executiva de título extrajudicial, o credor poderá executar o seu valor vencido imediatamente, de forma provisória, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.
- d) A multa periódica somente pode ser fixada a requerimento do exequente, não sendo permitido ao juízo fazê-lo de ofício.
- e) As astreintes deverão ter sempre periodicidade diária.

5. Fulano interpõe embargos à execução e, sem garantir a execução, requer a aplicação do efeito suspensivo em razão da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Também, alega que o efeito suspensivo deve decorrer como antecipação dos efeitos da tutela. Diante do enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A concessão do efeito suspensivo é medida tipicamente cautelar, motivo pelo qual, presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, o juízo poderá dispensar a garantia da execução.
- b) A concessão do efeito suspensivo é medida tipicamente antecipatória da tutela principal, motivo pelo qual, presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, o juízo poderá dispensar a garantia da execução.
- c) O juízo deverá indeferir o pedido de efeito suspensivo porque a garantia da execução, por penhora, depósito ou caução, constitui requisito legal para a sua concessão.
- d) A concessão do efeito suspensivo requer, além da garantia da execução, que os fundamentos do embargante sejam relevantes e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
- e) Como estão presentes os elementos da tutela provisória, e a concessão do efeito suspensivo é medida tipicamente cautelar, o juízo poderá concedê-lo de ofício.

6. Sobre inventário e arrolamento, é CORRETO afirmar:

- a) Ficam sujeitos à sobrepartilha: os bens sonegados; os descobertos após a partilha; os litigiosos, de liquidação difícil ou morosa; os que, a critério dos herdeiros, fiquem para partilha em momento oportuno, ainda que não sejam de liquidação difícil ou morosa, desde que com a concordância de todos os sucessores.
- b) Na sobrepartilha, como já houve partilha anterior, segue-se com o procedimento do arrolamento, mais simples e menos burocrático que o do inventário.
- c) É permitida a cumulação de inventários se houver: identidade de pessoas entre as quais devam ser repartidos os bens; heranças deixadas pelos dois cônjuges ou companheiros; dependência de uma das partilhas em relação à outra.
- d) O inventário objetiva arrecadar os bens do falecido, pagar dívidas (exceto tributárias, que devem ser cobradas mediante execução fiscal), e dividir entre os sucessores o que sobrar, observando-se a ordem legal de sucessão ou o testamento, se houver.
- e) No arrolamento, após a assinatura do termo, o inventariante terá 20 dias para apresentação das primeiras declarações.

7. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No processo de Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo, a petição inicial conterá a transcrição do Diário da Navegação e deverá ser acompanhada de cópias das páginas a serem ratificadas, dos documentos de identificação do comandante e das

testemunhas arroladas, do rol de tripulantes, do documento de registro da embarcação e, quando for o caso, do manifesto das cargas sinistradas e a qualificação de seus consignatários, traduzidos, quando for o caso, de forma livre para o português.

b) Segundo o CPC, o juiz decidirá sobre a aprovação do estatuto das fundações e de suas alterações sempre que o requeira o interessado, quando: ela for negada previamente pelo Ministério Público ou por este forem exigidas modificações com as quais o interessado não concorde; o interessado discordar do estatuto elaborado pelo Ministério Público.

c) No processo de interdição, que conta com intervenção obrigatória do Ministério Público, há previsão legal de entrevista do interditando pelo juiz, questionando aquele sobre sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e sobre o que mais parecer necessário para convencimento do magistrado quanto à capacidade daquele para praticar atos da vida civil, devendo ser reduzidas a termo as perguntas e respostas.

d) O rito do procedimento é questão de ordem pública. Por isso, todos os procedimentos especiais são marcados pela inflexibilidade, não podendo sofrer alteração de nenhuma forma. Assim, qualquer inobservância ao procedimento especial previsto em lei gera nulidade, não se aplicando aos procedimentos especiais o art. 277 do CPC.

e) Nas ações de família, a citação deve ocorrer até 15 dias antes da audiência.

QUESTÃO ANULADA

8. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) No processo relativo à herança jacente, ultimada a arrecadação, o juiz mandará expedir edital, que será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 3 (três) meses, ou, não havendo sítio, no órgão oficial e na imprensa da comarca, por 3 (três) vezes com intervalos de 1 (um) mês, para que os sucessores do falecido venham a habilitar-se no prazo de 6 (seis) meses contado da primeira publicação.

b) Havendo testamento, ante a necessidade de sua confirmação perante o juiz, o inventário a ser realizado na sequência não poderá, em nenhuma hipótese, seguir de forma extrajudicial.

c) O CPC admite ação para alteração do regime matrimonial de bens, desde que motivadamente, em petição assinada por ambos os cônjuges, na qual serão expostas as razões que justificam a alteração, ressalvados os direitos de terceiros.

d) Nos processos de jurisdição voluntária, o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

e) Emancipação, alienação de coisa comum, expedição de alvará judicial e homologação de autocomposição judicial são exemplos de temas que se processam por jurisdição voluntária.

9. Os recursos não impedem a eficácia da decisão judicial, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso. Pergunta-se: Em que condições o relator poderá suspender a eficácia da decisão judicial? Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) O relator poderá suspender a eficácia da decisão judicial quando dela decorrer o dano reparável.

b) Quando o relator constatar que a decisão proferida é teratológica.

c) O relator poderá suspender a eficácia da decisão recorrida, se da imediata produção dos seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

d) Quando estiver presente dano grave impossível de ser reparado.

e) Quando ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

QUESTÃO ANULADA

10. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

a) Quando o pedido tiver mais de um fundamento e o juiz acolhe somente um deles, não poderá o tribunal recursal, apreciar os demais.

b) O Capítulo da Sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável por meio do recurso de Agravo de Instrumento.

c) Serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal, todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, mesmo que não sejam relativas ao capítulo impugnado.

d) Se o Tribunal reformou a sentença que reconheceu a prescrição e mesmo estando o processo apto ao julgamento em segunda instância, deve determinar o retorno dos autos à origem.

e) O Capítulo da Sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável por meio do recurso de Agravo de Instrumento.

DIREITO PENAL

1. Respectivamente, no que toca ao lugar e ao tempo do crime, quais teorias foram as encampadas pelo Código Penal:

- a) Da ubiquidade e da atividade.
- b) Da anterioridade e da atividade.
- c) Da ubiquidade e da territorialidade.
- d) Da territorialidade temperada e da temporariedade.
- e) Mista e da ubiquidade.

2. Acerca do instituto da prescrição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A reincidência interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva estatal.
- b) As causas de aumento e diminuição de pena não são consideradas no somatório do prazo prescricional.
- c) O cálculo do prazo prescricional, em se tratando de concurso formal de crimes, baseia-se na pena aumentada pelo concurso de crimes.
- d) O prazo prescricional, em sede de crimes permanentes, conta-se ininterruptamente desde o início da permanência.
- e) É causa interruptiva da prescrição a publicação do acórdão condenatório, mesmo quando confirmatório da sentença de 1ª instância.

3. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A *abolitio criminis* e a *lex mitior* abrangem a totalidade dos fatos típicos praticados anteriormente à sua entrada em vigor, incluindo-se os crimes previstos em leis temporárias ou excepcionais, em face do princípio da retroatividade da lei penal benéfica.
- b) Aplica-se ao réu somente a pena do crime mais grave, em obediência ao princípio da consunção, no caso em que a concretização do cometimento de um crime é dependente direto e necessário da prática de uma conduta criminosa antecedente, cabendo ao juiz, na sentença, afastar o concurso de infrações.
- c) Desde que a serviço do governo brasileiro, as embarcações e aeronaves brasileiras, de propriedade privada ou mercantes, localizadas no espaço aéreo ou mar territorial de outro país, também são consideradas extensão do território nacional.
- d) São proibidos os tipos penais abertos, à luz do princípio da taxatividade penal, uma vez que este dispõe que a lei penal deve ser determinada e concreta em seu conteúdo.
- e) Segundo o princípio da bagatela imprópria, há atipicidade material nas condutas que implicam danos ou perigos ínfimos.

4. Tenha em mente que, ao praticar furtos em um vagão do metrô, o agente o tenha feito contra três vítimas distintas, sucessivamente, finalizando a sua ação ao saltar do veículo, na estação seguinte. Nessa hipótese, ocorreu:

- a) Furto na forma de crime continuado.
- b) Concurso material heterogêneo de crimes.
- c) Furto na forma de crime único.
- d) Concurso material homogêneo de crimes.
- e) **Concurso formal de crimes.**

5. No que se refere ao regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O regime inicial será fechado, obrigatoriamente, em se tratando de crimes hediondos.
- b) Fixada a pena-base em patamar igual ou inferior a quatro anos, sendo favoráveis as circunstâncias judiciais, inadmite-se a estipulação de regime inicial semiaberto aos réus reincidentes.
- c) O juiz pode, desde que fundamentadamente, fixar regime inicial fechado diante crime apenado com pena de detenção, se desfavoráveis as circunstâncias judiciais.
- d) **O regime inicial de pena não poderá ser mais gravoso que aquele viável pela sanção imposta, quando fixada a pena-base no mínimo legal, fundamentada na gravidade abstrata do crime.**
- e) É circunstância que sempre atenua a pena o desconhecimento da lei.

6. Sobre o entendimento do STJ acerca da Lei n. 11.343/06, assinale a INCORRETA:

- a) Para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei n. 11.343/06 é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- b) **O agente que transporta entorpecente no exercício da função de "mula" integra organização criminosa, mas afasta a aplicação da minorante estabelecida no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.**
- c) O delito de associação para o tráfico de drogas não possui natureza hedionda.
- d) Para a caracterização do crime de associação para o tráfico é imprescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência.
- e) A condenação simultânea nos crimes de tráfico e associação para o tráfico afasta a incidência da causa especial de diminuição prevista no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06 por estar evidenciada dedicação a atividades criminosas ou participação em organização criminosa.

7. Sobre os crimes de trânsito, assinale a incorreta DE ACORDO com o entendimento do STJ e do CTB:

- a) Na hipótese de homicídio praticado na direção de veículo automotor, havendo elementos nos autos indicativos de que o condutor agiu, possivelmente, com dolo eventual, o julgamento acerca da ocorrência deste ou da culpa consciente compete ao Tribunal do Júri, na qualidade de juiz natural da causa.
- b) Os crimes de embriaguez ao volante (art. 306 do CTB) e o de lesão corporal culposa em direção de veículo automotor (art. 303 do CTB) são autônomos e o primeiro não é meio normal, nem fase de preparação ou de execução para o cometimento do segundo, não havendo falar em aplicação do princípio da consunção.
- c) **Afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída é infração administrativa, mas não crime.**
- d) Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, constitui o crime de embriaguez ao volante.
- e) A multa reparatória não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

8. Sobre a Lei n. 11.343/06, assinale a alternativa EM DESACORDO com o entendimento do STJ:

- a) O tráfico de drogas é crime de ação múltipla e a prática de um dos verbos contidos no art. 33, caput, é suficiente para a consumação da infração, sendo prescindível a realização de atos de venda do entorpecente.

- b) O laudo pericial definitivo atestando a ilicitude da droga não afasta eventuais irregularidades do laudo preliminar realizado na fase de investigação.
- c) O laudo de constatação preliminar da substância entorpecente constitui condição de procedibilidade para apuração do crime de tráfico de drogas.
- d) Para a configuração do delito de tráfico de drogas previsto no caput do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, é desnecessária a aferição do grau de pureza da substância apreendida.
- e) O crime de tráfico de drogas é um crime de perigo abstrato.

9. Assinale a alternativa CORRETA em relação à Lei n. 10.826/03:

- a) O crime de posse irregular de arma de fogo é de perigo concreto.
- b) No crime de posse irregular de arma de fogo, o objeto jurídico tutelado é a incolumidade física.
- c) O crime de porte ilegal de arma de fogo é norma penal em branco.
- d) O crime de disparo de arma de fogo é de perigo concreto.
- e) Aplica-se o princípio da consunção quando os delitos de posse ilegal de arma de fogo e disparo de arma em via pública são praticados, ainda que em momentos diversos e em contextos distintos.

10. Não é crime hediondo:

- a) Homicídio qualificado.
- b) Epidemia.
- c) Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- d) Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real.
- e) O crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. No que se refere aos sistemas processuais penais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No sistema inquisitório, há plena separação entre as funções de acusar, defender e julgar, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.
- b) O sistema acusatório é caracterizado pela concentração das funções de acusação e julgamento em um único órgão, o que assegura maior celeridade processual.
- c) O sistema misto, também conhecido como sistema acusatório formal, combina fases inquisitivas e acusatórias, sendo adotado em sua forma pura no Brasil.
- d) O sistema inquisitório é marcado pela ausência de contraditório, gestão da prova pelo Estado e concentração de funções em uma única autoridade.
- e) O sistema acusatório, adotado no Brasil, veda completamente a iniciativa do juiz na fase investigatória e processual, assegurando a separação entre as funções de acusar e julgar.

2. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6.298, 6.300 e 6.305, tratou da constitucionalidade de dispositivos introduzidos pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), especialmente sobre o juiz das garantias. Com base nesse julgamento, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O STF declarou a inconstitucionalidade do juiz das garantias, por violar o princípio da unidade da jurisdição.
- b) O STF entendeu que o juiz das garantias deve atuar até o recebimento da denúncia, inclusive nas ações penais originárias.
- c) O STF considerou constitucional o juiz das garantias, mas restringiu sua aplicação a crimes dolosos contra a vida.
- d) O STF declarou a constitucionalidade do juiz das garantias, fixando que sua competência se encerra com o oferecimento da denúncia.

e) O STF decidiu que o juiz das garantias poderá atuar também na fase de julgamento, desde que haja autorização do Ministério Público.

3. O inquérito policial é um procedimento administrativo que visa apurar a autoria e materialidade de infrações penais. Sobre suas características e finalidades, assinale a alternativa CORRETA.

a) O inquérito policial é um processo judicial que se inicia com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

b) O inquérito policial é um procedimento judicial, sigiloso e obrigatório para a propositura da ação penal.

c) O inquérito policial é um procedimento administrativo, inquisitivo e dispensável, destinado à colheita de elementos informativos.

d) O inquérito policial é um procedimento administrativo, público e contraditório, que garante ampla defesa ao investigado.

e) O inquérito policial é um procedimento judicial, conduzido pelo juiz das garantias, com o objetivo de formar a convicção do magistrado.

4. Tício, pronunciado pelo crime de homicídio qualificado, é reincidente e portador de maus antecedentes e será julgado pelo Tribunal do Júri.

Durante os debates em plenário, o Ministério Público:

a) Poderá fazer alusão à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que prejudique Tício, sem que haja nulidade.

b) Poderá exibir vídeo não juntado aos autos que verse sobre matéria de fato a ser submetida à apreciação dos jurados.

c) Poderá fazer alusão à falta de interrogatório como argumento de autoridade que prejudique Tício, sem que haja nulidade.

d) Não poderá fazer alusão aos antecedentes de Tício como argumento de autoridade, sob pena de nulidade.

e) Vedado ao Ministério Público fazer referência à decisão de pronúncia, em desfavor do acusado, como argumento de autoridade, mas não aos seus antecedentes.

5. Graciliano, denunciado pelo Ministério Público por crime de homicídio, não foi localizado para fins de citação. Desse modo, o juiz determinou a sua citação por edital. Após a citação por edital, Graciliano não compareceu em juízo, todavia contratou e constituiu advogado nos autos. Nessa hipótese, é CORRETO afirmar que:

a) O juiz pode decretar a prisão preventiva de Graciliano, sendo suspensos o curso do processo e do prazo prescricional.

b) É vedado ao juiz decretar a prisão preventiva de Graciliano, bem como não será suspenso o curso do processo, em que pese o prazo prescricional seguir seu curso normalmente.

c) Graciliano poderá ter sua prisão preventiva decretada pelo juiz, além de não ser suspensos os cursos do processo e do prazo prescricional.

d) O juiz poderá decretar a prisão preventiva de Graciliano, será suspenso o curso do processo e interrompido o prazo prescricional.

e) O juiz não poderá decretar a prisão preventiva de Graciliano e serão interrompidos o curso do processo e do prazo prescricional.

6. No que tange às disposições do Código de Processo Penal relativas à audiência de instrução e julgamento no procedimento comum ordinário, assinale a opção CORRETA.

a) Concluída a produção de provas em audiência, as partes terão o prazo máximo de 24 horas para requerer diligências resultantes dos fatos apurados na instrução.

b) As testemunhas de acusação são ouvidas primeiro, seguidas pelas de defesa e, por fim, o ofendido presta suas declarações.

c) A desistência da inquirição de uma testemunha arrolada por uma parte exige a concordância da outra.

d) O número máximo de testemunhas a serem inquiridas é de oito para a defesa e oito para a acusação, não sendo computadas as que não prestam compromisso e as referidas.

e) Na ausência de requerimento de diligências ou em caso de indeferimento, a acusação e a defesa terão, cada uma, 10 minutos para as alegações finais.

7. Considerando os requisitos e efeitos das sentenças no processo penal brasileiro, assinale a assertiva VERDADEIRA.

a) A ausência do relatório na sentença penal sempre enseja a sua nulidade, por se tratar de requisito essencial previsto no art. 381 do CPP.

b) A decisão judicial que se limita à reprodução de dispositivo legal, sem demonstrar sua pertinência ao caso concreto, é considerada não fundamentada.

c) A sentença terminativa, que não analisa o mérito da causa, via de regra produz coisa julgada material e impede nova propositura da ação penal.

d) A sentença penal condenatória deve necessariamente fixar valor mínimo para reparação de danos, conforme previsto no art. 387 do CPP, independentemente de pedido ou de discussão nos autos sobre o montante aplicado, segundo tem entendido os tribunais.

e) A ausência de dispositivo na sentença penal acarreta sua nulidade relativa, desde que haja demonstração de prejuízo.

8. Com base na disciplina jurídica da ação civil *ex delicto*, assinale a alternativa EQUIVOCADA.

a) A sentença penal absolutória que reconhece a inexistência material do fato ou a negativa de autoria afasta o ajuizamento da ação civil *ex delicto*.

b) A sentença penal condenatória constitui título executivo judicial, possibilitando a execução cível para reparação de danos, independentemente de nova ação de conhecimento.

c) A extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória não impede, por si só, a propositura da ação civil *ex delicto*.

d) A vítima pode propor ação cível mesmo antes do término do processo penal, embora o juízo cível possa determinar a suspensão da ação civil por até um ano.

e) A sentença absolutória por insuficiência de provas faz coisa julgada material no juízo penal e impede automaticamente qualquer rediscussão da responsabilidade civil perante o juízo cível.

9. Considerando os princípios que informam o regime das nulidades no processo penal brasileiro, assinale a alternativa que não apresenta ERRONIA.

a) O princípio da instrumentalidade das formas afasta a nulidade de ato processual, ainda que este tenha causado prejuízo, desde que não seja vedado por norma constitucional.

b) O princípio da convalidação aplica-se indistintamente às nulidades absolutas e relativas, desde que presentes os requisitos do contraditório e ampla defesa.

c) O princípio do prejuízo impõe que nenhum ato processual será declarado nulo se a sua irregularidade não causar dano à acusação ou à defesa.

d) O princípio da causalidade determina que a nulidade de um ato nunca contamina atos subsequentes, em respeito ao princípio da economia processual.

e) O princípio do interesse permite que a parte que deu causa à nulidade possa se beneficiar dela, caso demonstre prejuízo.

10. Considerando os fundamentos e princípios que regem a teoria geral dos recursos no processo penal brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O princípio da taxatividade exige que os recursos estejam expressamente previstos em lei, sendo vedada a criação de recursos por analogia.

b) O recurso penal, ainda que pessoal à parte recorrente, pode excepcionalmente beneficiar corréu que não recorreu, conforme prevê o art. 580 do CPP.

- c) Os recursos penais têm natureza voluntária, sendo a sua interposição considerada um ônus processual, salvo nas hipóteses de recurso de ofício.
- d) O efeito devolutivo dos recursos penais implica o reexame integral da causa, permitindo como padrão que o tribunal julgue além dos limites da impugnação recursal.
- e) A desistência de recurso interposto pelo Ministério Público é vedada, em razão do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Sobre o tema improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A norma benéfica da Lei n. 14.239/2021, que revogou a modalidade culposa de improbidade é irretroativa, mas tem incidência em relação à eficácia da coisa julgada.
- b) A Lei n. 8.429/92, com a redação dada pela Lei n. 14.230/21 consagrou a RESPONSABILIDADE SUBJETIVA do servidor público, exigindo o dolo nas três espécies de atos de improbidade e, não mais permitindo no art. 10 a responsabilidade a título de culpa.
- c) A Lei n. 8.429/92, com a redação dada pela Lei n. 14.230/21 não permite a responsabilização de agentes políticos.
- d) O ato mais grave de improbidade, segundo a Lei n. 8.429/92, com a redação dada pela Lei n. 14.230/21 é o de causar prejuízo ao erário, tanto que a ação para a recomposição do dano é imprescritível.
- e) A sanção da perda da função pública, na Lei n. 8.429/92, com a redação dada pela Lei n. 14.230/21, atinge o vínculo que o agente público estiver ocupando, mesmo que depois do cometimento da infração.

2. Sobre o tema intervenção na propriedade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos povos indígenas.
- b) A desapropriação pode ser mediante justa e prévia indenização em dinheiro (tradicional) ou mediante títulos da dívida pública (sanção e privativa do Estado), ou ainda, com pagamento por títulos da dívida agrária (sanção e privativa da União), sendo que na primeira os títulos são resgatáveis em até 10 anos e na segunda o são em até 20 anos.
- c) A função social da propriedade deve ser cumprida pelo proprietário, sendo que na Constituição Federal de 1988 ela se consubstancia para a propriedade urbana, como o dever do proprietário de parcelamento, edificação ou utilização e, após cinco anos de IPTU progressivo, antes da desapropriação urbana ser deflagrada. O que se deseja repelir é o latifúndio improdutivo.
- d) Servidão administrativa difere de limitação administrativa (a liberdade é condicionada pela Administração para que se mantenha dentro do desenho do direito). Na limitação se alcança uma categoria abstrata de bens, enquanto na servidão se atinge um bem específico; nas servidões há um ônus real (estado especial de sujeição à utilidade pública).
- e) A contestação na ação expropriatória não se limita ao valor da indenização ou a vício formal, podendo ser debatido o mérito do ato.

3. Sobre o tema ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Todos os atos administrativos se sujeitam a controle judicial, sejam eles vinculados ou discricionários, sendo o controle dos atos discricionários apenas mais restrito.
- b) Apenas o Poder Público pratica ato administrativo, sendo que os particulares em colaboração, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário praticam, no máximo, atos da administração.
- c) No desvio de finalidade ou de poder o agente se serve de um ato para praticar fim alheio ao interesse público ou busca uma outra finalidade pública. Nos dois casos o ato não pode ser considerado válido e deve ser fulminado do ordenamento jurídico.

- d) O Poder Judiciário pode tanto anular os atos administrativos eivados de vício, quanto revogar os atos discricionários que não mais sejam oportunos ao interesse público.
- e) Convalidação é forma de recomposição da legalidade ferida (ex tunc). É o suprimento da invalidade com efeitos retroativos. Significa o mesmo que manter o ato eivado de vício quando o prejuízo da anulação for maior para o interesse público.

4. Sobre o tema servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As causas de competência da Justiça do Trabalho abrangem as questões que discutem relação jurídico-estatutária entre o Poder Público dos entes da federação e seus servidores.
- b) É impossível a fixação de limite etário para a inscrição em concurso público para ingresso na carreira de policial, mesmo que a referida discriminação seja justificada pela natureza das atribuições do cargo a preencher.
- c) É nula, em qualquer caso e sem efeitos jurídicos válidos a contratação de pessoal pela Administração Pública sem observância de prévia aprovação em concurso público.
- d) O Judiciário deve se incursionar no exame das respostas e das notas atribuídas aos candidatos, tendo sido superado o entendimento do STF de que a banca examinadora é soberana, pois se trata de exame de legalidade.
- e) A EC nº 19/1998, que promoveu a reforma administrativa, revogou a obrigatoriedade de instituição de regime jurídico único para o funcionalismo público, conforme decisão do STF.

5. Sobre o tema licitações e contratos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A licitação nas empresas estatais passou a ser regulada pela Lei n. 14.133/21, sendo revogada a Lei n. 13.303/16, que tratava especificamente sobre as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) O julgamento pela comissão de licitação permanece sendo a regra para todas as modalidades, sendo que os agentes de contratação apenas devem ser, preferencialmente, utilizados na modalidade de diálogo competitivo.
- c) A Lei n. 14.133/21 entrou em vigor na data de sua publicação (vigência imediata). No entanto, após dois anos houve a revogação da Lei n. 8.666/93 (exceto disposições penais), Lei do pregão e Lei do Regime Diferenciado de Contratação. Nesse período, se poderia escolher no edital de licitação qual seria a legislação a ser seguida.
- d) Nos termos da Lei n. 14.133/21, trata-se de dispensa de licitação a hipótese de aquisição ou locação de imóvel quando, em virtude das características ou condições de localização, esse imóvel se torne imprescindível. Há singularidade de imóvel.
- e) Denomina-se fato do príncipe toda ação ou omissão da Administração, relacionada com o contrato, que impeça ou retarde a sua execução.

6. Sobre o tema Administração Pública, a entidade da administração pública indireta criada por meio de lei para o desempenho de atividades específicas, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração é a:

- a) Empresa subsidiária.
- b) Autarquia.
- c) Fundação privada.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Empresa privada.

7. O alvará de licença e o alvará de autorização concedidos pela administração pública constituem meio de atuação do poder:

- a) Hierárquico.
- b) De polícia.
- c) Hierárquico e do disciplinar.
- d) Disciplinar.
- e) Regulamentar.

8. Um Estado da federação criou uma premiação como forma de reconhecimento pelos serviços prestados por agentes públicos de diversos órgãos. Assim, o estado contratou um artista plástico amplamente consagrado pela crítica especializada para elaborar os troféus e as medalhas, hipótese que configura:

- a) Leilão.
- b) Concorrência.
- c) Tomada de preços.
- d) **Inexigibilidade de licitação.**
- e) Dispensa de licitação.

9. Caso uma autoridade pública, como forma de punição, determine, de ofício, a remoção de um agente público com quem tenha tido desavenças anteriormente, o ato administrativo revelará vício:

- a) Na forma, sendo inviável a convalidação.
- b) **Na finalidade, sendo inviável a convalidação.**
- c) Na competência, sendo inviável a convalidação.
- d) No motivo, sendo passível a convalidação.
- e) Na competência, sendo passível a convalidação.

10. Um terreno pertencente ao Estado e anteriormente sem utilização passou a ser usado por um órgão público para o desempenho de determinadas tarefas. Trata-se de bem público que era de uso:

- a) **Dominical e, após a afetação, passou a ser bem de uso especial.**
- b) Especial e, após a desafetação, passou a ser bem de uso comum do povo.
- c) Especial e, após afetação, passou a ser bem dominical.
- d) Dominical e, após desafetação, passou a ser bem de uso comum do povo.
- e) Especial e, após afetação, passou a ser bem de uso comum do povo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sobre a natureza jurídica do tributo, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Tributo é penalidade imposta ao contribuinte que descumpra norma fiscal.
- b) Tributo é prestação pecuniária facultativa, exigida em moeda.
- c) Tributo é sanção por ato ilícito, que pode ser compulsoriamente cobrado pelo Estado.
- d) Tributo não pode ser exigido sem previsão contratual expressa.
- e) **Tributo é prestação pecuniária compulsória instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.**

2. A hipótese de incidência do tributo refere-se:

- a) Ao momento da inscrição da dívida ativa.
- b) À possibilidade de o contribuinte recorrer do lançamento.
- c) Ao pagamento realizado após a constituição do crédito tributário.
- d) Ao lançamento tributário definitivo.
- e) **Ao conjunto de critérios que descrevem em abstrato o fato que enseja a obrigação tributária.**

3. A respeito das espécies tributárias, é **CORRETO** afirmar:

- a) As taxas têm como fato gerador a realização de serviço público uti universi.
- b) As contribuições de melhoria têm por fato gerador a prestação de serviço essencial.
- c) **Os impostos incidem sobre situações que não envolvem contraprestação estatal específica.**
- d) Os empréstimos compulsórios não podem ser instituídos por lei ordinária.

e) As contribuições sociais financiam apenas atividades culturais.

4. Quanto aos princípios constitucionais tributários, marque a assertiva INCORRETA:

- a) O princípio da anterioridade visa garantir previsibilidade e planejamento ao contribuinte.
- b) O princípio da legalidade proíbe a instituição de tributos sem lei que o estabeleça.
- c) O princípio da capacidade contributiva orienta a tributação progressiva, sobretudo em relação ao imposto de renda.
- d) O princípio da isonomia permite tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situações equivalentes.
- e) A vedação ao confisco implica que os tributos não devem ter efeito confiscatório.

5. Sobre a responsabilidade tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A responsabilidade dos sócios por infrações depende de demonstração de dolo.
- b) A responsabilidade dos sucessores pode alcançar o espólio.
- c) A responsabilidade de terceiros exige vínculo funcional com a infração.
- d) A substituição tributária ocorre por expressa disposição legal.
- e) O adquirente de estabelecimento comercial responde pelos tributos devidos até a data da aquisição.

6. É hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) Prescrição do crédito tributário.
- b) Pagamento parcial do débito.
- c) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- d) Lançamento de ofício.
- e) Inscrição em dívida ativa.

7. Sobre a obrigação tributária principal, é CORRETO afirmar que:

- a) Tem por objeto apenas sanções pecuniárias.
- b) Surge com a expedição da notificação fiscal.
- c) Extingue-se com o lançamento.
- d) É sempre acessória à obrigação formal.
- e) Origina-se com a ocorrência do fato gerador e extingue-se com o pagamento.

8. O lançamento tributário é o procedimento administrativo:

- a) Facultativo, destinado a arrecadar tributos vencidos.
- b) Vinculado, destinado a constituir o crédito tributário.
- c) Discricionário, previsto para majoração de alíquota.
- d) Vinculado, destinado a aplicar penalidades por ilícitos civis.
- e) Facultativo, sempre precedido de decisão judicial.

9. A substituição tributária consiste em:

- a) Trocar um tributo por outro de natureza diversa.
- b) Aplicar uma alíquota substitutiva em caso de isenção.
- c) Permitir que o contribuinte delegue a apuração do tributo ao Fisco.
- d) Substituir a base de cálculo do tributo por um valor estimado.
- e) Transferir a obrigação de pagamento do tributo a terceiro, por previsão legal.

10. A decadência no Direito Tributário refere-se:

- a) Ao prazo para inscrição do débito em dívida ativa.
- b) Ao prazo para a execução fiscal do tributo.
- c) Ao prazo para a constituição do crédito tributário.
- d) À suspensão da exigibilidade do crédito.
- e) Ao prazo para o recolhimento do tributo.

1. A Teoria da Empresa se faz presente no Direito Empresarial a partir da Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil). De acordo com a legislação pertinente, que trata do Direito de Empresa, assinale, dentre as alternativas abaixo, a INCORRETA:

- a) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- b) Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.
- c) A sociedade adquire a personalidade jurídica com as assinaturas dos sócios no ato constitutivo.
- d) É facultado aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou o da separação obrigatória.
- e) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.

2. A Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil) trata do Direito de Empresa. De acordo com a legislação pertinente, que dispõe sobre as sociedades, assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA:

- a) Na sociedade em nome coletivo, pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- b) Na sociedade em conta de participação, o contrato social produz efeito somente entre os sócios e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- c) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados e comanditários, ambos pessoas físicas e discriminados no contrato, podem praticar atos de gestão na sociedade.
- d) Na sociedade em comum, sociedade personificada, os bens e dívidas sociais constituem um patrimônio especial em nome da própria sociedade.
- e) Na sociedade cooperativa as quotas do capital social são intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

3. De acordo com as Leis n. 6.404/1976 e n. 10.406/2002, e suas alterações, que dispõem sobre a reorganização societária, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

- a) Pela fusão, duas ou mais sociedades se unem e desta união poderá ou não surgir a formação de nova sociedade que lhes sucedera em todos os direitos e obrigações.
- b) Pela cisão, a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.
- c) A incorporação, fusão e cisão somente podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais e deverão ser deliberadas na forma prevista para alteração dos respectivos estatutos sociais.
- d) No processo de incorporação uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações e surge uma nova personalidade jurídica.
- e) Através da transformação a sociedade existente passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo societário para outro. Dessa transformação surge uma nova personalidade jurídica que é a sociedade transformada e pode gerar prejuízo aos direitos dos credores.

4. De acordo com a Lei n. 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, e suas alterações, que trata da sociedade anônima, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

ESMESC

- a) O capital social da sociedade anônima, será fixado no estatuto social da sociedade, expresso em moeda nacional e poderá ser formado com contribuição em dinheiro, prestação de serviços ou qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- b) Faculta-se às sociedades anônimas emitir títulos negociáveis como forma de captação recursos, tais como: ações, partes beneficiárias, duplicatas, bônus de subscrição, debêntures e letras de câmbio.
- c) O acionista é obrigado a realizar, nas condições previstas no estatuto social ou boletim de subscrição, a prestação correspondente às ações subscritas ou adquiridas, caso não o faça é considerado sócio remisso.
- d) Tanto as sociedades anônimas de capital aberto quanto as de capital fechado terão, obrigatoriamente, conselho de administração e conselho fiscal.
- e) A diretoria das sociedades anônimas será composta por 2 (dois) ou mais membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração, ou, se inexistente, pela assembleia geral.

5. De acordo com a Lei n. 7.357/85, que trata sobre o cheque, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.
- b) O mandato contido no endosso do cheque não se extingue por morte do endossante ou por superveniência de sua incapacidade.
- c) O cheque é pagável à vista. Considera-se não escrita qualquer menção em contrário. O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.
- d) A não indicação do lugar de emissão, considera-se emitido o cheque no lugar indicado junto ao nome do emitente.
- e) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismo e por extenso, prevalece esta no caso de divergência.

6. De acordo com a legislação em vigor, que trata dos títulos de crédito, dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na letra de câmbio, o aceite é puro simples e o sacado não pode o limitar a uma parte da importância sacada e nem o modificar.
- b) A duplicata é um título de crédito que decorre de uma compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro e, excepcionalmente, por prestação de serviços, e no caso de perda ou extravio obrigará o vendedor a emitir uma triplicata.
- c) O cheque é uma ordem de pagamento à vista e prescreve em 6 (seis) meses, contados do prazo de apresentação e o aceite do cheque deve ser dado pelo aceitante no verso do cheque.
- d) A duplicata é um título causal que decorre de uma fatura para circulação como efeito comercial e só pode ser protestada por falta de pagamento.
- e) A nota promissória que não contenha indicação do lugar onde foi passada considera-se como tendo-o sido no lugar designado ao lado do nome do subscritor e quando não indicar a época do pagamento será considerada nula.

7. A Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil) trata da Sociedade Limitada. De acordo com a referida Lei e dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA.

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, sem presunção de solidariedade pela integralização do capital social.
- b) O capital social da sociedade limitada divide-se em quotas iguais, cabendo cada uma ou diversas a cada sócio.

c) Na sociedade limitada, independentemente de previsão contratual, os sócios não podem ceder sua quota, total ou parcialmente a quem seja sócio ou a estranho.

d) A administração na sociedade limitada atribuída no contrato social a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

e) A deliberação dos sócios na sociedade limitada, independentemente do número de sócios que compõem o capital social, deverá ser em assembleia geral.

8. A Lei n.11.101/05 alterada pela Lei n. 14.112/20, trata da classificação dos créditos no processo falimentar e estabelece a seguinte ordem para pagamento aos credores:

Dentre as afirmativas abaixo, assinale a INCORRETA:

a) Os créditos extraconcursais determinados por Lei serão pagos com precedência sobre os créditos tributários e os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.

b) Os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor e os decorrentes de acidente de trabalho serão pagos com precedência aos demais créditos concursais.

c) Os créditos referentes aos créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício, cuja contratação não tenha observado as condições estritamente comutativas e as práticas de mercado, são considerados créditos subordinados.

d) As remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e aos créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência são considerados créditos concursais.

e) Os créditos de origem tributária, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, são créditos concursais e serão pagos após os créditos derivados da legislação do trabalho e acidente de trabalho.

9. De acordo com a Lei nº 11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a CORRETA:

a) A empresa pública e a sociedade de economia mista, na qualidade de empresas, estão sujeitas à falência.

b) O plano especial de recuperação extrajudicial preverá o parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalente à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas.

c) Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente sua atividades há mais de 1 (um) ano e que atenda aos demais requisitos exigidos em Lei.

d) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde a propriedade de seus bens, não podendo, portanto, deles dispor.

e) O administrador judicial, a ser nomeado pelo juiz, será profissional idôneo, advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

10. A Lei n. 11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, trata da Recuperação Judicial e a Recuperação Extrajudicial como forma de superar a situação de crise econômico-financeira da empresa devedora. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a INCORRETA:

a) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

b) Da decisão que decretar a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.

ESMESC

- c) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- d) Quem por dolo requerer a falência de outrem será condenado, na sentença que julgar improcedente o pedido, a indenizar o devedor, apurando-se as perdas e danos em liquidação de sentença.
- e) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Legislação vigente, não podem requerer a recuperação judicial.